

Senadores explicam subsídios

Brasília — Convocada para examinar projetos considerados urgentes, a sessão extraordinária do Senado na manhã de ontem foi aproveitada pelos senadores para protestar contra notícias divulgadas por alguns jornais de que o reajuste nos subsídios dos parlamentares garantiu-lhes, a partir de fevereiro, salário superior a Cr\$ 2 milhões mensais.

O Senador Benedito Ferreira (PDS-GO), por exemplo, apresentou cálculos segundo os quais os novos salários ficarão em torno de Cr\$ 1 milhão 270 mil. Bernardino Viana, também do PDS, que não se reelegeu pelo Piauí, estimou, também baseado em cálculos, em Cr\$ 1 milhão 236 mil o futuro subsídio de um parlamentar, de acordo com os níveis fixados pela Câmara e alterados no Senado.

PREJUÍZO

Dirceu Cardoso (PMDB-ES), outro que não conseguiu se reeleger, foi o único a discordar dos protestos. Em oposição, o Senador Aderbal Jurema (PDS-PE) exigiu que *A Voz do Brasil*, ao divulgar os pronunciamentos no Congresso, desse destaque, segunda-feira, às intervenções sobre o assunto. Benedito Ferreira, que disse pagar para ser senador, comparando o que recebe com o que deixa de ganhar como empresário ao exercer o mandato, chegou a pedir uma nota explicativa da Presidência da Casa. Revoltado, fez uma advertência aos jornais:

— Eles esquecem de que os limites da liberdade de imprensa estão nas proporções da liberdade do Congresso.

Mais tarde, fora do plenário, lamentou que se criticasse o Congresso, “malignamente”, mas nada se dissesse a respeito, por exemplo, de um projeto aprovado na Câmara, para o Tribunal Federal de Recursos, que cria 347 cargos providos (sem concurso), dos quais 80 DAS-3, enquanto o Senado tem apenas 20. Já Dirceu Cardoso disse ter ouvido de funcionários observações como esta:

— Enquanto nós ganhamos apenas o salário mínimo, eles (os parlamentares) aumentam os deles como querem.

Pelos cálculos de Benedito Ferreira e de Bernardino Viana não entraram na soma final as vantagens indiretas. Há senador que chegou a gastar Cr\$ 200 mil por mês só de telefone, como informou outro senador. Um pedessista, que já participou da Mesa do Senado, propôs que o parlamentar pagasse um aluguel simbólico (de Cr\$ 50 mil) pelo apartamento que ocupa. Nos do Senado (de quatro quartos na SQS/309) o ocupante paga apenas a taxa mensal de Cr\$ 276,00. Tem ainda transporte, combustível, correspondência, publicações e material gráfico de graça.